

Demonstrações Contábeis

UFV – Pitombeira S.A
31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
UFV Pitombeira S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da UFV Pitombeira S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Debêntures

Conforme divulgado na nota explicativa 7 a Companhia possui passivos financeiros significativos por contrato de debênture, no montante de R\$ 237.362 mil. A Companhia está sujeita ao atendimento de determinados índices restritivos (“covenants não financeiros”) em conexão com esses contratos.

O endividamento da Companhia, incluindo o atendimento aos índices, foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista que o descumprimento desses índices e consequente mudança no cronograma de vencimento dessa dívida, pode ter efeitos relevantes sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envio de cartas de confirmação às instituições financeiras, revisão do contrato de debênture e suas alterações. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto, as quais se encontram na nota explicativa 7.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o endividamento e correspondentes covenants não financeiros, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Do assunto que foi objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria.

Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2024.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-2SP034519/O



Eduardo Wellichen
Sócio
Contador CRC-1SP184050/O

UFV Pitombeira S.A.
Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
		2.974	52.310
Caixa e equivalentes de caixa	4	310	37
Investimentos de curto prazo	5	733	51.718
Contas a receber de clientes		51	-
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		1.522	555
Outros tributos compensáveis		177	-
Despesas pagas antecipadamente		181	-
Não circulante			
		276.500	178.867
Imobilizado	6	276.415	178.867
Intangível		85	-
Total do ativo		279.474	231.177
Passivo			
Circulante			
		241.379	661
Fornecedores		3.373	493
Debêntures	7	237.362	-
Salários e férias a pagar		380	124
Impostos e contribuições sociais a recolher		5	-
Outros tributos a pagar		259	44
Não circulante			
		17.600	230.790
Debêntures		-	207.045
Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas	8	17.600	23.745
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		20.495	(274)
Capital social	9	23.793	48
Reserva de lucros		(3.298)	(322)
Passivo e patrimônio líquido		279.474	231.177

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UFV Pitombeira S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida		46	-
Custos operacionais			
Encargos do uso da rede elétrica - CUST		(2.994)	-
	10	(2.994)	-
Lucro bruto		(2.948)	-
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais		(28)	(276)
	10	(28)	(276)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(2.976)	(276)
Prejuízo antes do do imposto de renda e da contribuição social		(2.976)	(276)
Prejuízo do exercício		(2.976)	(276)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UFV Pitombeira S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(2.976)	(276)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(2.976)	(276)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UFV Pitombeira S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	48	(46)	2
Prejuízo do exercício	-	(276)	(276)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	48	(322)	(274)
Aumento de capital	23.745	-	23.745
Prejuízo do exercício	-	(2.976)	(2.976)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	23.793	(3.298)	20.495

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UFV Pitombeira S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(2.976)	(276)
		(2.976)	(276)
(Aumento) redução no ativo			
Contas a receber de clientes		(51)	-
Tributos e contribuições sociais a compensar		(1.144)	555
Despesas pagas antecipadamente		(181)	-
		(1.376)	555
Aumento (redução) no passivo			
Fornecedores		2.880	484
Salários, férias a pagar		256	124
Impostos e contribuições sociais a recolher		220	44
		3.356	652
		(996)	931
Caixa líquido aplicado (proveniente) nas atividades operacionais			
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Resgates em títulos e valores mobiliários		(26.390)	-
Aplicações em títulos e valores mobiliários		80.129	-
Aplicações em investimento de curto prazo		-	(48.220)
Adições no imobilizado	6	(69.985)	(175.086)
Adições no intangível		(85)	-
		(16.331)	(223.306)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas		17.600	22.775
Captação da 1ª emissão de debêntures		-	199.539
		17.600	222.314
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa			
		273	(61)
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício	4	37	98
Saldo no final do exercício	4	310	37
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa			
		273	(61)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)*

1 Informações gerais

A UFV Pitombeira S.A. (“Companhia”) foi constituída em 09 de dezembro de 2013, com sede localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, cj. 151, sala I - Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Sendo controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

Em 16 de julho de 2021, a Companhia em Assembléia Geral Extraordinária, alterou a razão social de Transmissoras Reunidas S.A. para UFV Pitombeira S.A. e passou a ter como objeto social: (i) a exploração e implantação, da usina de geração de energia solar por fonte fotovoltaica UFV Pitombeira, e de seu sistema de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares, no município de Aracati-CE, cadastrada na Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) sob o CEG nº UFV.RS.CE.034037-5.01; (ii) operação e manutenção da UFV Pitombeira; (iii) comercialização de energia no mercado atacadista e varejista.

A Alupar, acionista controladora da Companhia, obteve em 24 de novembro de 2020, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.471, emitida pela ANEEL, autorização para implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica – UFV Pitombeira, bem como o sistema de interesse restrito da central geradora, constituído de uma subestação elevadora 34,5/230 kV, junto à usina, 1 X 66/88/110 MVA, e uma linha de transmissão em 230 kV, circuito simples, com aproximadamente 63 (sessenta e três) km de extensão conectando-a à SE Russas II.

A central geradora será constituída por 14 unidades geradoras de 3,375 MW cada, totalizando 47,25 MW de potência instalada e 46,009 MW de potência líquida, sob o regime de comercialização no mercado livre. Posteriormente por meio da Resolução Autorizativa nº 11.906 de 24 de maio de 2022, foi transferida a titularidade da autorização do empreendimento da Alupar Investimento S.A. para Companhia.

A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, a partir da data da resolução, e a partir de 15 de dezembro de 2023 o empreendimento foi liberado pela ANEEL para início de operação em teste, por meio do Despacho nº 4.902 de 14 de dezembro de 2023

A Companhia terá 50% de redução nas Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição – TUST e TUSD se o início da operação comercial de todas as unidades geradoras ocorrer em até 48 meses contados da data da sua outorga.

A Companhia obteve no dia 16 de fevereiro de 2024 autorização para início da operação comercial, conforme despacho Aneel nº 438/24 publicado no Diário Oficial nesta data.

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2023, capital circulante negativo de R\$ 238.405. Em 31 de dezembro de 2023 a administração estima que nenhum ajuste é necessário para fazer face à liquidação de seus passivos. A administração está em tratativas para contratação de novas linhas de financiamento para quitação das debêntures que têm o vencimento em setembro de 2024. Se o valor contratado não for suficiente, a controladora, que é a atual fiadora, aportará capital necessário.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Assim como, em conformidade com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, quando essas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2 Declaração de conformidade

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 28 de março de 2024.

Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.3 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às demonstrações contábeis nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 - Contas a receber de clientes: Valores referentes a receitas não faturadas de comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e,
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram inicialmente classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

A Companhia avalia a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia.

3.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.4 Imobilizado em curso

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, compreendendo custos de materiais, custos socioambientais, mão de obra direta e indireta, encargos financeiros elegíveis a capitalização líquida da receita de aplicações financeira e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

A depreciação se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial que será calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.

Energia elétrica pode ser produzida ao trazer o ativo imobilizado para o local e condição necessários para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. A entidade reconhece a venda de tal energia elétrica, e o custo, no resultado de acordo com as normas contábeis aplicáveis.

3.5 Tributação

Imposto de renda e contribuição social correntes

O Imposto de renda (IR) e a Contribuição social (CSL) são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável sob o regime de apuração com base no Lucro Real Anual.

O imposto de renda e a contribuição social diferida são reconhecidas com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia acumula prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no valor de R\$XX (R\$47 em 31 de dezembro de 2022), que gerariam potenciais créditos tributários. Tais créditos não foram reconhecidos, tendo em vista que as operações da Companhia não apresentarão base tributável de resultados que garanta a realização desses créditos e por conta que futuramente a Companhia irá adotar o regime de tributação pelo lucro presumido.

3.6 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão para contingências: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possui processos judiciais com classificação provável ou possível de perda que sejam relevantes.

3.7 Novas normas e interpretações

Em vigor desde 1º de janeiro de 2023

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis:

- Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23);
- Divulgação de políticas contábeis (alterações no CPC 26); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações no CPC 32).

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2024 ou após, sendo:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26);
- Alterações ao CPC 06 Passivo de Locação em uma operação de Sale and Leaseback; e
- Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 e CPC 40.

A Companhia está avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração 31/12/2023 e 2022	31/12/2023	31/12/2022
Banco conta movimento	-	310	5
Aplicações financeiras automáticas	20% do CDI	-	32
		310	37

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, com liquidez imediata, a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

5 Investimentos de curto prazo

	Remuneração média		31/12/2023	31/12/2022
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de Investimento - STA Energia	101,94% do CDI	102,06% do CDI	733	51.718
			733	51.718

A Companhia aplica seus recursos no Fundo de Investimento STA Energia cujo objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, sendo composto por operações compromissadas e títulos públicos. O fundo é mensurados ao valor justo por meio do resultado, e é remunerado em média por 101,94% do CDI em 31 de dezembro de 2023.

6 Imobilizado

O saldo de Imobilizado é composto pelos custos de aquisição para construção do empreendimento conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2021	Adições	Outros (*)	31/12/2022	Adições	Outros (*)	31/12/2023
Em curso							
Adiantamento a fornecedores	-	171.514	-	171.514	-	277	171.791
Encargos financeiros capitalizados	-	-	7.506	7.506	-	30.040	37.546
Receita financeira capitalizada	-	-	(3.745)	(3.745)	-	(2.754)	(6.499)
Custo de empréstimo	-	1.100	-	1.100	-	-	1.100
A ratear	20	2.472	-	2.492	69.985	-	72.477
Total do custo do imobilizado	20	175.086	3.761	178.867	69.985	27.563	276.415

(*) Outros refere-se a remensuração de arrendamentos, custos dos empréstimos, receita de aplicação financeira, baixa de adiantamento de fornecedores e provisões de constituição de ativos e ambientais que foram capitalizados.

7 Debêntures

Financiadores	31/12/2023			31/12/2022		
	Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
Moeda nacional - circulante						
1ª Emissão de Debêntures	235.008	2.538	237.546	-	-	-
(-) Custo de captação - a apropriar	-	(184)	(184)	-	-	-
Total	235.008	2.354	237.362	-	-	-
Moeda nacional - não circulante						
1ª Emissão de Debêntures	-	-	-	200.000	7.506	207.506
(-) Custo de captação - a apropriar	-	-	-	(461)	-	(461)
Total	-	-	-	199.539	7.506	207.045
Total geral	235.008	2.354	237.362	199.539	7.506	207.045

Em 22 de setembro de 2022, a Companhia realizou a 1ª Emissão de 200.000 debentures, totalizando R\$ 200.000, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária nos termos do artigo 58 caputs, da Lei 6404/76, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos. Os liquidantes são a Alfa Corretora e a NuInvest, sendo distribuição líquida financeiramente pela B3. As debêntures terão prazo de vencimento de 2 anos contados com a data de emissão, vencendo, portanto, em 22 de setembro de 2024. A amortização do principal e juros ocorrerá em parcela única na data do vencimento. A remuneração será de 100% das taxas médias diária do DI – (Depósitos interbancários, acrescida de spread de 1,28% ao ano (base 252 dias).

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de todas as cláusulas qualitativas de vencimento antecipado definidas na escritura de emissão, e em 31 de dezembro de 2023, todas essas obrigações estão sendo cumpridas.

Todos os recursos obtidos com as debêntures foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, foram utilizados na implantação do empreendimento.

A movimentação dos empréstimos e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

	31/12/2022	Provisão de Encargos (nota 8)	Variação monetária	Amortização custos de captação	31/12/2023
Moeda nacional					
1º Emissão de debentures	207.506	2.538	27.502	-	237.546
(-) custo de captação - a amortizar	(461)	-	-	277	(184)
Total	207.045	2.538	27.502	277	237.362

	31/12/2021	Ingresso da dívida	Provisão de Encargos (nota 7)	31/12/2022
Moeda nacional				
1º Emissão de debentures	-	200.000	7.506	207.506
(-) custo de captação - a amortizar	-	(461)	-	(461)
Total	-	199.539	7.506	207.045

8 Partes relacionadas

Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares.

O saldo em aberto de R\$ 17.000 em 31 de dezembro de 2023, são relacionados a Adiantamentos para futuro aumento de capital aportados pela controladora Alupar para que a Companhia possa manter suas atividades.

Remuneração da alta administração

Nos exercícios findos em 31 dezembro de 2023 e 2022, não foi fixado remuneração aos membros do Conselho de Administração e Diretoria da Companhia.

9 Patrimônio líquido

Em 28 de setembro de 2023 a Companhia., através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 23.745. Assim, o capital social, que era de R\$ 48, passa a ser de R\$ 23.793, mediante a emissão de 23.745.300 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com valor unitário de R\$ 1. O total de ações ordinárias que era de 47.992, passa a ser 23.793.292.

O aumento de capital foi subscrito e integralizado da seguinte forma: (i) Subscritas pela Alupar Investimento S.A., com renúncia expressa da acionista AF Energia S.A. ao direito de preferência para subscrição destas ações, 23.745.300 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondentes ao valor de R\$ 23745, integralizadas em moeda corrente nacional.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é a seguinte:

		31/12/2023		31/12/2022	
		Ordinárias		Ordinárias	
		Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas					
Alupar Investimento S.A		23.793.291	100,00%	47.991	100,00%
AF Energia S.A		1	0,00%	1	0,00%
Total das ações		23.793.292	100,00%	47.992	100,00%

10 Custos e despesas operacionais

		31/12/2023		31/12/2022	
		Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis					
Encargos de uso da rede elétrica		(2.994)	-	-	-
		(2.994)	-	-	-
Custos gerenciáveis					
Serviços de Terceiros		-	(28)	-	-
Outros		-	-	-	(276)
		-	(28)	-	(276)
		(2.994)	(28)	-	(276)

Os custos operacionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 apresentou o montante de R\$ 2.994, referente a Encargos de uso da rede básica - CUST referente ao Uso do Sistema de Transmissão que são cobrados no período de testes.

11 Ativos fiscais não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia acumula prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social que gerariam ativos fiscais diferidos no montante de R\$ 1.121 em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 122 em 31 de dezembro de 2022. Tais créditos não foram reconhecidos, tendo em vista que a Companhia em 31 de dezembro de 2023 estava em fase pré-operacional. O saldo acumulado de prejuízos fiscais em 31 de dezembro de 2023 apresentou o montante de R\$ 3.298 e em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 322.

12 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil, do valor justo e hierarquia dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis :

- Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	31/12/2023		31/12/2022		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa e bancos	310	310	5	5	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	0	0	32	32	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Investimentos de curto prazo	733	733	51.718	57.718	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	51	51	-	-	-	Custo amortizado
	1.094	1.094	51.755	57.755		
Passivo						
Fornecedores	3.373	3.373	493	493	-	Custo amortizado
Debêntures	237.362	237.362	207.045	207.045	-	Custo amortizado
	240.735	240.735	207.538	207.538		

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

12.1 Hierarquia do valor justo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

12.2 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2023, foi extraída a projeção do indexador CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores foram definidos 05 cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa e receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2022 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Posição em 31/12/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		4,32%	6,47%	8,63%	10,79%	12,95%
Debêntures	CDI + 733	32	47	63	79	95

		Projeção Despesas Financeiras - Um Ano						
Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2023 (*)	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
			4,32%	6,47%	8,63%	10,79%	12,95%	
Investimento de curto prazo	CDI	1,28%	237.546	13.422	18.613	23.803	28.994	34.185

(*) Refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

13 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2023.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Riscos de Engenharia	206.894	46	20/02/2024
Risco de responsabilidade civil geral	5.000	7	20/02/2024
Risco de responsabilidade civil (D&O)	8	1	28/08/2024
Total	211.902	54	

14 Eventos subsequentes

A Companhia obteve no dia 16 de fevereiro de 2024 autorização para início da operação comercial, conforme despacho Aneel nº 438/24 publicado no Diário Oficial nesta data.

* * *

João Paulo Mendes do Nascimento
Contador - CRC 1SP218586/O-1